

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.153 - RJ (2018/0345554-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDUARDO DIAS MOREIRA
ADVOGADO : HENRIQUE ROCHA FRAGA - ES009138
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : BRUNO VAZ DE CARVALHO E OUTRO(S) - RJ097626
DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENÇO - RJ116610

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por EDUARDO DIAS MOREIRA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fls. 214):

APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - REVISÃO - JUROS - TABELA PRICE - CAPITALIZAÇÃO - DANO MORAL - IMPROVIMENTO.

1. A controvérsia dos presentes autos gira em torno de contrato de empréstimo bancário, perquirindo avaliar as ilegalidades sustentadas pelo devedor/apelante, de forma a caracterizar a devolução de valores pagos, bem como o pagamento de reparação por dano moral.
2. Estabelecida uma comparação entre a taxa de juros praticada pelo contrato e a média de mercado para contratos de crédito pessoal, verifica-se que não houve demonstração da alegada abusividade.
3. A utilização da Tabela Price, como técnica de amortização, consoante jurisprudência do STJ, não implica, por si só, em capitalização de juros (anatocismo), uma vez que a sua adoção recai, apenas, sobre o saldo devedor, inexistindo violação contratual.
4. Observado que o valor da prestação foi superior ao do juros, esse fato impossibilita a distorção do instituto, demonstrando que a utilização da Tabela Price não ocasionou anatocismo.
5. O IOF está previsto no contrato e foi cobrado conforme Planilha de Evolução da Dívida adunada aos autos, não podendo o devedor alegar seu desconhecimento ou ilegalidade, uma vez que houve cobrança dentro dos parâmetros legais contratados.
6. Apesar do argumento sustentando de que o contrato foi assinado em branco, restou evidente que a parte apelante não apresentou quaisquer provas ou mesmo indícios que pudessem comprovar a alegada abusividade, salientando que não se verifica vício de vontade ou consentimento, eis que a negociação ocorreu em conformidade com os preceitos legais.
7. A "Cláusula Vigésima Primeira" do contrato afirma, expressamente, que o devedor declara sua ciência do conteúdo e das estipulações previstas, que estão rigorosamente dentro da lei, donde se infere a boa fé do banco contratante, não tendo sido demonstrado nenhum indício de má-fé do mesmo.
8. Diante da fragilidade das alegações despendidas nesse recurso e analisada a questão nos seus pormenores, não se evidenciou qualquer violação capaz de exigir a revisão do pacto celebrado entre as partes, o que

afasta, por si só, a possibilidade do pedido de pagamento de reparação por danos morais, esclarecendo, ainda, a possibilidade legal da inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, na hipótese de inadimplemento fático da obrigação assumida, merecendo confirmação, portanto, da sentença proferida.

9. Apelação cível conhecida e improvida.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados (e-STJ, fls. 229-235)

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 239-247), a parte recorrente sustentou violação aos artigos 6º, V e 46 do Código de Defesa do Consumidor e arts. 406, 422, 472 do Código Civil, alegando abusividade dos juros cobrados pela recorrida.

Contrarrazões apresentadas às fls. 253-266 (e-STJ)

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta apresentada às fls. 290-294 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

1. Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a fundamentação utilizada.

No caso, o recurso especial não foi admitido nos seguintes termos (e-STJ, fl. 274):

In casu, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após análise dos fatos, sendo certo que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, o que, como visto, é vedado.

Além disso, o julgado, em princípio e em juízo de delibação, parece não destoar da linha do STJ, e torna imperativa a incidência da súmula n.º 83 do próprio STJ.

O debate no especial encontra óbice na súmula n.º 7 do STJ. Não restou demonstrado, sem necessidade de exame dos fatos e provas, que o julgado contrariou os dispositivos legais citados.

Da leitura das razões de agravo, verifica-se que a parte agravante atacou genericamente a incidência da Súmula 7/STJ, deixando de impugnar o óbice da Súmula 83/STJ.

Tal conduta contraria a previsão dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

Art. 932. Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério

Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida;

Logo, uma vez que o objeto do agravo é diverso do pretendido do recurso especial, a falta de ataque específico a fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, CPC/73), não sendo suficiente para o seu conhecimento a simples reiteração dos fundamentos trazidos no especial.

Assim, inafastável a incidência da Súmula 182 do STJ: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal: EAREsp n.701404 / SC, EAREsp n. 746775 / PR e EAREsp n. 831326 / SP

A propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTS. 932, INCISO III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Positivação do princípio da dialeticidade no sistema recursal brasileiro, conforme se depreende do art. 932, inciso III, do CPC/2015.

2. Inadmissibilidade do agravo interno cujas razões não se mostram suficientes para impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (cf. art. 1.021, § 1º, do CPC/2015).

(...)

4. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(AgInt no REsp 1387697/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 16/08/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E LUCROS CESSANTES - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DO EMINENTE PRESIDENTE DO STJ QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO EM VIRTUDE DA INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DESTA STJ.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência

do art. 932, III, do CPC/2015 (revogado art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), e a aplicação, por analogia, do Enunciado n. 182 da Súmula do STJ. Precedentes.

(...)

(AgInt no AREsp 872.552/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 17/08/2016)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

